



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

DESPACHO - PRE/DG/ASSED

Conforme disposição do §2º do art. 24 do Decreto n.º 10.024/2019, a seguir transcrito, o pregoeiro poderá conceder efeito suspensivo à impugnação, como medida excepcional, e desde que motive.

Art. 24. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

§ 1º A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado do data de recebimento da impugnação.

§ 2º A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação. (grifo nosso)

§ 3º Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

Assim, diante dos motivos apresentados em manifestação constante do documento n.º 1210035 e com fundamento §2º do art. 24 do Decreto n.º 10.024/2019, a pregoeira poderá excepcionalmente suspender o início da sessão, com vistas à análise e apreciação da impugnação, devendo dar publicidade da nova data aprazada.

Deste modo, encaminhe-se à COMISS60, para conhecimento e providências.

RAIMUNDO VIEIRA

Diretor-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Raimundo de Campos Vieira, Diretor Geral**, em 19/08/2020, às 17:38, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **1210477** e o código CRC **56B0867F**.